



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Provisões e passivos contingentes: características e reconfiguração das demonstrações contábeis das empresas de capital aberto brasileiras

Bárbara Carvalho Borges
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: barbaraborges9@hotmail.com

Suliani Rover
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: sulianirover@gmail.com

Resumo

A normatização das provisões e dos passivos contingentes é essencial para inibir a assimetria das informações e buscar sua fidedignidade. As provisões e passivos contingentes têm sido foco de notícias no mercado e têm a atenção de pesquisadores que buscam compreender como os gestores tomam decisões sobre esses processos que justificam suas classificações. O presente artigo tem como objetivo analisar as características das provisões e dos passivos contingentes e o reflexo da reconfiguração das contingências nas empresas brasileiras listadas na Brasil, Bolsa e Balcão (B3). Para a consecução do objetivo, realizou-se uma análise abrangente que contemplou as características, as mudanças da chance de perda dos processos e a reconfiguração das classificações. Por meio da análise nos formulários de referências de 2010 a 2018, foram encontrados 7.607 processos. Os processos tributários e cíveis possuem quantidade superior às demais classificações. Foram verificadas 964 mudanças na chance de perda, sendo a maioria de processos cíveis e tributários. A maior quantidade de alteração da chance de perda foi para a classificação possível, totalizando 334 alterações, e a maior quantidade de alteração na chance de perda de uma classificação para outra é realizada de possível para provável, totalizando 202 alterações. Com a reclassificação dos passivos contingentes para provisões, das empresas analisadas 20 passariam a ter prejuízo. Concluiu-se que a reclassificação das contingências causaria grande impacto no resultado das empresas, o que indica que as empresas devem evidenciar corretamente os riscos em que estão sujeitas.

Palavras-chave: provisões e passivos contingentes; reconfiguração; empresas brasileiras.

Linha Temática: Contabilidade Societária



ORGANIZAÇÃO



APOIO





100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



1 Introdução

Com o objetivo principal de aumentar a transparência e a qualidade de informações geradas aos usuários nos relatórios financeiros das companhias, a contabilidade brasileira passou por um processo de convergência às normas internacionais (Poeta, 2012).

Através da Resolução CFC nº 1.055/2005, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que tem como objetivo o estudo, preparo e emissão de documentos técnicos, levando sempre em conta a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais (Conselho Federal de Contabilidade, 2005).

Esse processo de convergência teve início com a sanção da Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009, a nova legislação estabeleceu a adoção das normas internacionais a contabilidade Brasileira (Freire, Machado, Machado, Souza & Oliveira, 2012).

Nesse contexto, o CPC emitiu o Pronunciamento Técnico nº 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual se correlaciona com a norma internacional International Accounting Standards (IAS) 37.

De acordo com o CPC 25 (2009) uma provisão é um passivo que possui prazo de exigibilidade ou valor de desembolso futuro incerto. Já um passivo contingente é uma obrigação possível, que resulta de eventos passados e só será confirmada a existência pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos que não estão no controle total da entidade.

A normatização das provisões e dos passivos contingentes é essencial para inibir a assimetria das informações e buscar sua fidedignidade. Com a adoção das novas normas houve um crescimento significativo na subjetividade e conseqüentemente na necessidade de julgamento atribuído aos profissionais da Contabilidade (Baptista, 2009; Poeta, 2012).

O uso do julgamento a respeito das provisões e contingências pode não levar a solução mais adequada, pois existe a possibilidade de ocorrer erro de interpretação das normas na classificação de chance de perda ou a utilização do gerenciamento de resultados para manipulação contábil (Ferreira, 2018). Ferreira (2018, p. 32) afirma que “a discricionariedade do julgamento tem como objetivo apresentar a posição financeira e o desempenho econômico da companhia, de modo que os gestores e contadores se sentem responsáveis diretamente sobre estes resultados”.

Os riscos a que as empresas estão submetidas devem ser divulgados de forma transparente, tempestiva e relevante, motivado pelo uso de julgamento correto e justo, sem intenções de manipular resultados ou de apenas cumprir requisitos da lei, sem que dispensem atenção ao conteúdo disponibilizado. Além disso, o comprometimento das empresas com seus *stakeholders* deve evidenciar seu compromisso com o meio econômico e social.

No Brasil essas informações podem ser encontradas de forma sucinta nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), e de forma mais abrangente nos Formulários de Referências (FR).

De modo geral, as pesquisas mostram um maior *disclosure* sobre os itens de provisões e



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



passivos contingentes, desde 2009, com a obrigatoriedade da aplicação do CPC 25 (Tsakumis, 2007; Fonteles, Nascimento, Ponte & Rebouças, 2013; Suave, Codesso, Pinto, Vicente & Lunkes 2013; Rosa, 2014). Notou-se que as empresas estão se adequando gradualmente às instruções da norma contábil referente às provisões e passivos contingentes.

Bouças (2020), em notícia publicada no Valor Econômico, diz que os auditores indicaram que o balanço da Grendene está R\$ 444,4 milhões menor do que deveria e o passivo R\$ 17,8 milhões a baixo. Com isso, o patrimônio líquido e o resultado do exercício estão com R\$ 325 milhões a menos. Por conta disso, os auditores citaram o CPC 25, que estabelece que se for consideravelmente certo que a empresa irá ganhar ou perder benefícios, esse ganho ou perda deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis.

Torres e Carranção (2017) apontam fragilidade na decisão da mudança na chance de perda dos processos que ocasionou a reversão de provisões. Rostás (2017) mencionou o mesmo sobre a Gerdau, reforçando que tal atitude fez com que o prejuízo da companhia se tornasse lucro.

Por outro lado, a Companhia CEDAR reverteu seu lucro devido a provisões realizadas (Machado, 2017). Ademais, apontam-se acidentes ambientais como foco de preocupação no que tange às provisões e passivos contingentes, como por exemplo, o ocorrido em Mariana (MG) em 2015 e Brumadinho (MG) em 2019 em relação ao reflexo no valor das ações no mercado acionário (Mamona, 2019).

Ferreira, Carvalho, Grings e Rover (2017) identificaram, por meio de análise de conteúdo, se as companhias explicam de forma descritiva o motivo da mudança nas probabilidades de perdas de processos judiciais. Os resultados indicaram que 55% das empresas não justificam os motivos da mudança de probabilidade e, entre as que relatam, referem-se a processos tributários e cíveis.

Para entender como as provisões e passivos contingentes são configurados nas empresas de capital aberto do Brasil, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as características das provisões e dos passivos contingentes e o reflexo da reconfiguração das contingências nas empresas de capital aberto brasileiras.

Para atingir o objetivo geral da pesquisa, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: verificar as características das provisões e dos passivos contingentes divulgados pelas empresas brasileiras listadas na B3; verificar as mudanças da chance de perda dos processos das empresas ao longo do tempo; e verificar o impacto da reconfiguração dos passivos contingentes no resultado e no patrimônio das empresas.

Essa pesquisa justifica-se pela importância da divulgação de passivos contingentes para usuários externos, pois exerce influência direta na decisão de investidores e assim, permite que os riscos das entidades estejam expostos.

Diante destes aspectos, entendem-se como necessárias pesquisas que analisem as características dos passivos contingentes, as mudanças ocorridas nas classificações de chance de perda e sua influência no resultado e no patrimônio das companhias, com vistas a avaliar o amadurecimento da interpretação e utilização das normas pelas organizações.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



2 Referencial Teórico

O principal objetivo da contabilidade e de seus relatórios é fornecer informações seguras e tempestivas, que mostrem a situação financeira e o desempenho econômico da companhia (Ferreira, 2018). A transparência das informações contábeis para investidores e demais usuários, são tão importantes quanto as representações quantitativas que são representadas através dessas informações (Losekann, Pereira, Lehnhart & Löbler, 2016).

Nesse contexto, nas atividades das entidades existem situações onde há incertezas a respeito de ocorrerem possíveis perdas ou ganhos, que poderão resultar na saída ou entrada de caixa, essas incertezas estão relacionadas as provisões e contingências (Poeta, 2012).

Suas dificuldades são a atribuição de valor e dúvidas existentes sobre o fato gerador, um erro na classificação das contingências pode alterar o patrimônio da entidade e distorcer a percepção de investidores e outros usuários sobre a situação econômica da empresa (Rosa, 2014).

Com isso, percebe-se a importância da evidenciação adequada de passivos contingentes, levando em consideração os possíveis riscos e o impacto negativo que pode ocorrer na situação financeira da companhia.

As provisões devem ser reconhecidas como passivos por se referirem a obrigações presentes, que surgem quando há certeza da ocorrência do fato, e seu valor deve ser obtido com razoável grau de confiabilidade (Jesus & Souza, 2016). Já os passivos contingentes não devem ser reconhecidos pela entidade (CPC-25/2009, item 27), por não se tratarem de obrigações presentes, mas devem ser divulgados nas notas explicativas e monitorados, pois poderão ser reconhecidos futuramente como uma provisão (Jesus & Souza, 2016).

Uma provisão deverá ser reconhecida como passivo se atender três condições: seja uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de evento passado; seja provável a saída de recursos para a quitação da obrigação; e que possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação (CPC-25/2009, item 14).

O CPC 25 (2009) baseia-se em três possibilidades de ocorrência: provável, possível e remota. A contingência é considerada provável quando a chance de ocorrer é maior do que de não ocorrer, classificada como possível quando o evento tiver baixa probabilidade de ocorrer e classificada remota quando há mínimas chances de que o passivo seja confirmado.

Quando a possibilidade for provável, a operação deve gerar uma provisão, ser reconhecida nas demonstrações financeiras e divulgada nas notas explicativas (Poeta, 2012). Se a possibilidade for possível, a entidade divulga a natureza e os valores envolvidos na operação, sem haver registro de valores nos demonstrativos financeiros (Balduino & Borba, 2015). Para a possibilidade remota não é necessário reconhecimento ou divulgação por parte da empresa (Poeta, 2012).

A respeito de identificar as características que afetam a mudança de probabilidade de perda de provisões e passivos contingentes, o estudo de Ferreira e Rover (2019) indicou que empresas participantes do novo mercado, emissoras de ADR, com troca de empresa de auditoria,



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



processos de natureza ambiental, trabalhista e cível, com maiores valores envolvidos, que possuam materialidade financeira quanto a expectativa de risco em caso de perda e o tempo decorrido no processo, tem maior probabilidade de afetar a mudança na chance de perda. Processos em 1ª instância ou em instâncias superiores tem maior probabilidade de não mudar a chance de perda.

Jesus e Souza (2016) analisaram os impactos do reconhecimento dos passivos contingentes na situação econômica de empresas brasileiras auditadas por big four. Os resultados mostraram que caso as contingências passivas fossem reconhecidas, 60% das empresas diminuiriam seu lucro em mais de 100% e 6% apresentariam a situação de passivo a descoberto.

Sobre a mensuração e identificação de operações fora do balanço, o estudo de Losekann et al. (2016) analisou a situação financeira de 145 empresas brasileiras. Foi concluído que houve representatividade das classificações e evidenciou-se o prejuízo financeiro apontado para companhias pelo incremento de passivos contingentes em cada cenário.

Rosa (2014) buscou identificar o panorama das contingências passivas. Os resultados demonstraram que em média 72% dos itens requeridos pelo CPC 25 foram evidenciados pelas empresas no ano de 2012 nas notas explicativas. Sobre as características, as empresas apresentavam processos judiciais e administrativos que somavam R\$298 bilhões. Os processos tributários se destacaram com 69% do total.

A respeito da evidenciação de provisões e contingências de empresas, o estudo de Fonteles et al. (2013) indicou a presença de antigas práticas contábeis e conseqüentemente inadequação das empresas ao CPC 25. Suave et al. (2013) identificaram se as empresas atendem as disposições do CPC 25 quanto à divulgação de passivos contingentes. Os resultados apontaram que as empresas divulgam principalmente processos judiciais relacionados a causas fiscais, cíveis e trabalhistas com menor divulgação de contingências ambientais.

O estudo de Ribeiro, Ribeiro e Weffort (2013), sobre a introdução do pronunciamento CPC 25 e a possibilidade da prática de gerenciamento de resultados com uso de provisões, evidenciou que a prática do gerenciamento de resultado contábil pode ser reduzida quando existirem boas práticas de governança corporativa.

Por meio do levantamento de pesquisas, pode-se perceber que provisões e passivos contingentes são alvos de discussões e pesquisas acadêmicas, devido a importância da divulgação adequada de informações e por evidenciar os riscos que das empresas podem estar expostas.

3 Procedimentos Metodológicos

Foram selecionadas como população do estudo as empresas não financeiras listadas na Brasil, Bolsa e Balcão (B3), com o intuito de verificar os seus processos relevantes divulgados no Formulário de Referência, oriundos no período de 2010 a 2018. Esse período foi escolhido pois 2010 foi o ano em que as empresas começaram a divulgar o Formulário de Referência na B3 e 2018 foi o último ano que existiam informações disponíveis para serem coletadas.

Como amostra da pesquisa foram selecionadas as empresas dos setores de Petróleo, gás e

biocombustíveis, Consumo não cíclico e Utilidade pública, perfazendo um total de 100 empresas analisadas, conforme apresenta a Tabela 1.

Tabela 1. Empresas analisadas por setor

Setores analisados	Número de empresas
Petróleo, gás e biocombustíveis	10
Consumo não cíclico	25
Utilidade pública	65
Amostra final	100

Fonte: dados da pesquisa

Para identificar os processos considerados relevantes pelas empresas, assim como as suas características, foi consultado o item do Formulário de Referência: 4.3 – Processos judiciais administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes. Nesse item do Formulário de Referência as empresas divulgam os processos judiciais que consideram relevantes, além de informações sobre esses processos.

Para o cumprimento do primeiro objetivo específico, foram coletadas as seguintes informações sobre os processos: tipo do processo; número do processo; valor; chance de perda; e ano de início. Vale ressaltar que em alguns casos, as empresas divulgam no Formulário de Referência as informações desse processo de forma geral. Destarte, foi considerada uma informação válida para essa pesquisa somente as informações disponibilizadas para os processos de forma individual.

Para alcançar o segundo objetivo específico da pesquisa, foram identificados os processos que mudaram de chance de perda, além de identificar as características desses processos.

O último objetivo específico utilizou o mesmo procedimento realizado por Rosa (2014). Diante disso, todos os passivos contingentes (possíveis e remotos) das empresas serão classificados para provisões para identificar o impacto da reconfiguração das contingências nos resultados e nos patrimônios líquidos das empresas.

Para reclassificar as contingências remotas e possíveis foram utilizados 5 cenários: otimista, parcialmente otimista, moderado, parcialmente pessimista e pessimista, com base em Rosa (2014).



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Tabela 2. Reclassificação a partir de cada cenário

Cenários	Percentuais
Cenário otimista	20%
Cenário parcialmente otimista	40%
Cenário moderado	60%
Cenário parcialmente pessimista	80%
Cenário pessimista	100%

Fonte: dados da pesquisa

Em cada cenário aplicou-se um percentual sobre o valor das contingências e com base nesse percentual foram reclassificadas para prováveis, por exemplo, em um cenário otimista 20% das contingências remotas e possíveis foram reclassificadas para prováveis.

Para atingir o terceiro objetivo específico, foi coletado os valores do patrimônio líquido e lucro líquido das empresas no período por meio do software Economática. Os valores das contingências remotas e possíveis das empresas, obtidos com base nos cinco cenários (Tabela 2), foram diminuídos dos resultados do patrimônio líquido e lucro líquido de cada ano de acordo com cada cenário.

Assim contingências foram reclassificadas para provisões, e foi possível analisar os impactos causados no resultado e no patrimônio líquido das empresas.

4 Análise dos Resultados

Por meio da coleta de dados nos formulários de referência, foram analisados 7.607 processos, 769 classificados como autor e 6.838 classificados como réu. Estes processos se repetem ao longo dos anos com um montante 19.315 processos, sendo 2.447 classificados como autor e 16.868 classificados como réu. Por meio da Figura 1 pode-se verificar a quantidade de processos por ano.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro

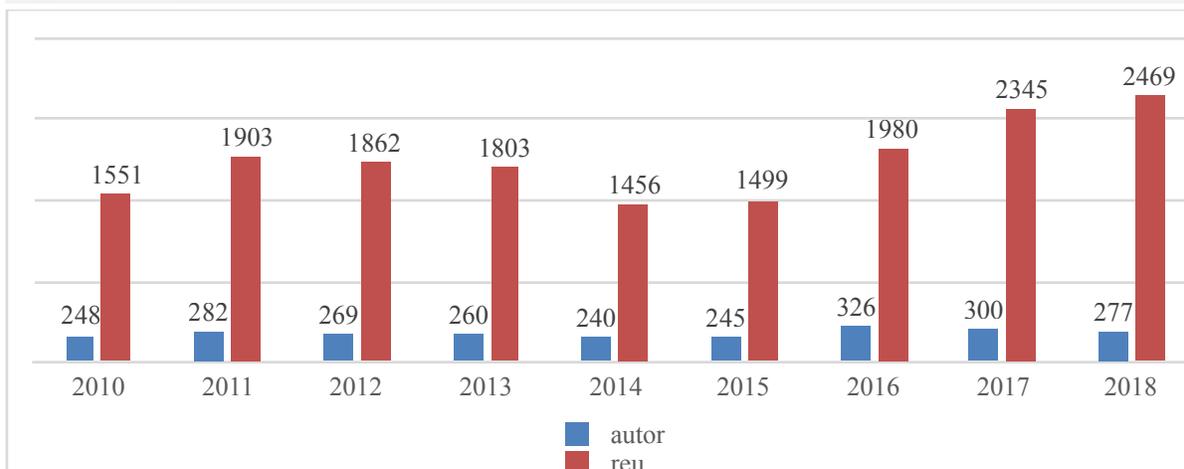


Figura 1. Quantidade de processos por ano
Fonte: dados da pesquisa

Pode-se observar que houve um aumento nos processos a partir de 2016, o ano com maior número de processos é 2018 com 2.746 processos e o com menos foi 2014 com 1.696 processos (os processos se repetem ao longo dos anos). Os processos classificados como autor tiveram uma quantidade parecida ao longo dos anos. Com base na Tabela 3 pode-se visualizar a quantidade de processos por setor.

Tabela 3. Quantidade de processos por setor

Setor	Empresas	Autor	Réu	Processos
Consumo não cíclico	10	446	3372	3.818
Petróleo, gás e biocombustíveis	25	279	3074	3.353
Utilidade pública	65	1719	10425	12.144

Fonte: dados da pesquisa

O setor com mais processos é o setor de utilidade pública que possui 65 das 100 empresas analisadas, os processos totalizaram 12.144, sendo 10.425 classificados como réu e 1.719 classificados como autor. O setor de consumo não cíclico possui 3.818 processos em apenas 10 empresas analisadas. O setor de petróleo, gás e biocombustíveis possui 3.353 processos com 25 empresas analisadas. O setor de consumo não cíclico possui mais processos que o de petróleo, gás e biocombustíveis mesmo com menos da metade de empresas analisadas.

A Tabela 4 mostra a quantidade de processos por tipo.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Tabela 4. Quantidade de processos por tipo

Sector	Ambiental	Cível	Outros	Trabalhista	Tributário
Consumo não cíclico	29	587	429	761	2.012
Petróleo, gás e biocombustíveis	55	703	527	674	1.394
Utilidade pública	620	5.133	673	2.187	3.531
Total	704	6.423	1.629	3.622	6.937

Fonte: dados da pesquisa

Nota-se a partir da Tabela 4, que a quantidade dos processos tributários é superior às demais classificações, possuindo 6.937 processos. Os processos cíveis possuem quantidade semelhante aos tributários, tendo 6.423. Os processos classificados como outros e trabalhistas não possuem grande quantidade e os classificados como ambiental possuem menor quantidade.

A Figura 2 mostra o ano de início dos processos.

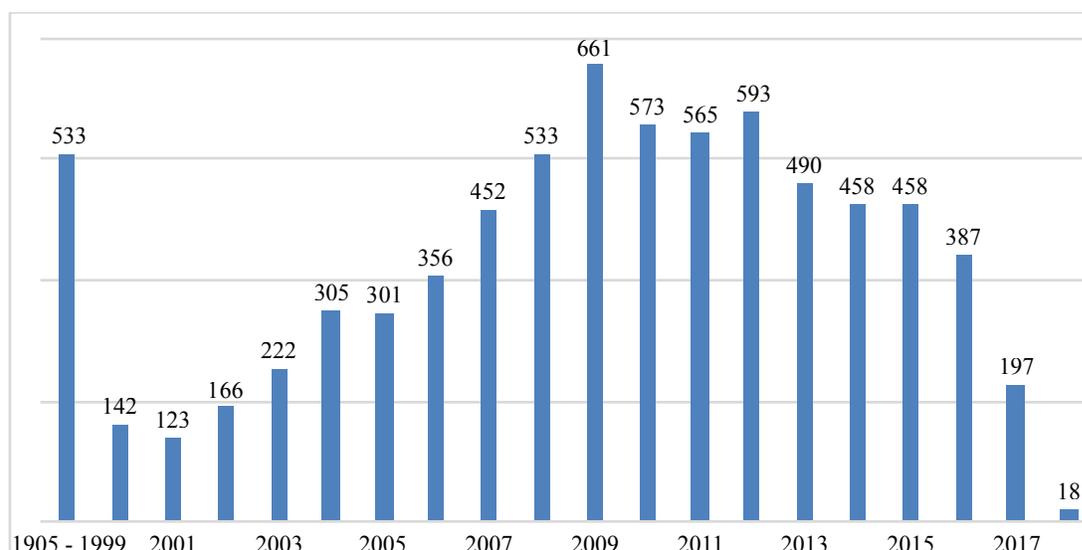


Figura 2. Ano de início dos processos

Fonte: dados da pesquisa

Percebe-se com o Gráfico 2 que o ano que mais ocorreram início de processos foi 2009 com 661, em 2017 foram apenas 197 e 2018 apenas 18. De 1905 até 1999, 533 processos foram iniciados (os processos se repetem ao longo dos anos nos formulários de referências).

A Tabela 5 mostra quantos processos tiveram a chance de perda alterada por ano e quantas mudanças na chance de perda aconteceram.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



Tabela 5. Mudança na chance de perda por ano

Ano	Processos com alteração	Mudanças na chance de perda
2010	-	-
2011	113	113
2012	122	122
2013	91	92
2014	74	74
2015	83	85
2016	110	113
2017	132	133
2018	231	232
Total	956	964

Fonte: dados da pesquisa

Com a Tabela 5 é possível observar que dos 19.315 processos, durante os anos, 956 tiveram sua chance de perda alterada, totalizando 964 alterações na chance de perda. O ano que mais houve mudanças na chance de perda foi 2018 com 232 e o ano de 2017 teve 133. Em 2012 ocorreram 122 mudanças, os demais anos possuem quantidade igual ou menor que 114 mudanças, e em 2010 não foi registrada nenhuma mudança, uma vez que é o ano base de análise.

A Tabela 6 mostra quantos processos sofreram alteração na chance de perda por tipo e quantas mudanças na chance de perda ocorreram.

Tabela 6. Mudança na chance de perda por tipo

Tipo	Processos com alteração	Mudanças na chance de perda
Ambiental	52	60
Cível	305	356
Outros	152	164
Trabalhista	118	133
Tributário	213	251
Total	840	964

Fonte: dados da pesquisa

Pode-se observar que os processos cíveis possuem maior alteração na chance de perda totalizando 356 mudanças em 305 processos. Os processos tributários que possuem maior quantidade, tiveram 251 alterações na chance de perda de 213 processos.

A Figura 3 indica as classificações das mudanças de chance de perda.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro

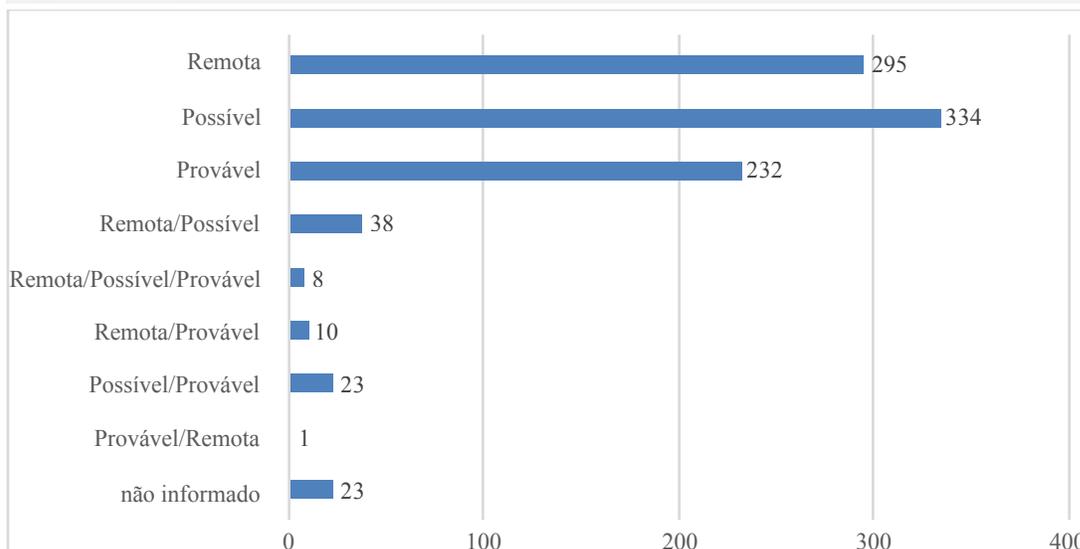


Figura 3. Alteração na chance de perda

Fonte: dados da pesquisa

Com a Figura 3 pode-se observar que a maior quantidade de alteração na chance de perda foi na classificação possível totalizando 334 alterações, em seguida Remota com 295 alterações e em terceiro lugar provável com 232 alterações. As demais classificações representam minoria em relação às mudanças na chance de perda.

A Tabela 7 indica as mudanças na chance de perda de uma classificação para outra.

Tabela 7. Alteração na chance de perda de uma classificação para outra

Alteração	Quantidade
Possível para provável	202
Remota para possível	159
Possível para provável	151
Provável para possível	138
Provável para remota	77
Possível para remota/possível	27
Remota para provável	65
Demais alterações	183

Fonte: dados da pesquisa

Com a Tabela 7 é possível verificar que a maior quantidade de mudanças na classificação das chances de perda é realizada de possível para provável totalizando 202 alterações. Remota para possível possui 159 alterações, enquanto possível para provável 151 alterações e provável



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



para possível 138 alterações. As demais mudanças de classificação possuem valor igual ou inferior a 77 alterações.

Para mensurar os efeitos no resultado e no patrimônio das companhias com a reclassificação das contingências possíveis e remotas para prováveis, estas foram reclassificadas a partir de 5 cenários. Na Tabela 8 foi feito a média do lucro líquido das empresas e diminuído a média das contingências remotas e possíveis de acordo com cada cenário.

Tabela 8. Média do lucro líquido e reconfiguração (em milhares de reais)

Ano	20% otimista	40% parc. otimista	60% moderado	80% parc. pessimista	100% pessimista	LL
2010	R\$ 1.466.835	R\$ 1.254.156	R\$ 1.041.476	R\$ 828.797	R\$ 616.118	R\$ 1.679.514
2011	R\$ 1.338.305	R\$ 1.030.475	R\$ 722.645	R\$ 414.815	R\$ 106.985	R\$ 1.646.135
2012	R\$ 1.163.593	R\$ 921.019	R\$ 678.445	R\$ 435.871	R\$ 193.298	R\$ 1.406.166
2013	R\$ 972.838	R\$ 710.612	R\$ 448.385	R\$ 186.159	-R\$ 76.068	R\$ 1.235.065
2014	-R\$ 78.631	-R\$ 402.142	-R\$ 725.653	-R\$ 1.049.165	-R\$ 1.372.676	R\$ 244.881
2015	-R\$ 699.291	-R\$ 1.370.398	-R\$ 2.041.505	-R\$ 2.712.612	-R\$ 3.383.718	-R\$ 28.185
2016	-R\$ 395.160	-R\$ 976.140	-R\$ 1.557.119	-R\$ 2.138.099	-R\$ 2.719.078	R\$ 185.819
2017	-R\$ 3.463.856	-R\$ 4.096.687	-R\$ 4.729.518	-R\$ 5.362.349	-R\$ 5.995.179	-R\$2.831.026
2018	-R\$ 3.417.930	-R\$ 4.127.229	-R\$ 4.836.528	-R\$ 5.545.826	-R\$ 6.255.125	-R\$ 2.708.632

Fonte: dados da pesquisa

É possível observar com a Tabela 8 como as reclassificações afetam o resultado líquido das empresas de acordo com cada cenário. Houve impacto maior a partir de 2014 onde a média do lucro líquido foi inferior aos demais anos e o valor das contingências é superior aos demais anos. No cenário pessimista em 2018 foi reduzido 130% do valor na média do lucro líquido gerando o maior prejuízo.

Na Tabela 9 foi calculada a média do patrimônio líquido das empresas após a reconfiguração das contingências remotas e possíveis de acordo com cada cenário.



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



T9. Média do patrimônio líquido e reconfiguração (em milhares de reais)

Ano	20% otimista	40% parc. otimista	60% moderado	80% parc. pessimista	100% pessimista	PL
2010	R\$ 5.882.999	R\$ 5.670.319	R\$ 5.457.640	R\$ 5.244.961	R\$ 5.032.282	R\$ 6.095.678
2011	R\$ 6.174.440	R\$ 5.866.610	R\$ 5.558.780	R\$ 5.250.950	R\$ 4.943.120	R\$ 6.482.270
2012	R\$ 6.563.151	R\$ 6.320.577	R\$ 6.078.003	R\$ 5.835.430	R\$ 5.592.856	R\$ 6.805.725
2013	R\$ 6.570.361	R\$ 6.308.135	R\$ 6.045.908	R\$ 5.783.682	R\$ 5.521.455	R\$ 6.832.588
2014	R\$ 6.418.712	R\$ 6.095.201	R\$ 5.771.690	R\$ 5.448.178	R\$ 5.124.667	R\$ 6.742.224
2015	R\$ 4.605.297	R\$ 3.934.190	R\$ 3.263.084	R\$ 2.591.977	R\$ 1.920.871	R\$ 5.276.404
2016	R\$ 4.736.524	R\$ 4.155.544	R\$ 3.574.565	R\$ 2.993.585	R\$ 2.412.605	R\$ 5.317.503
2017	R\$ 1.874.586	R\$ 1.241.756	R\$ 608.925	-R\$ 23.906	-R\$ 656.736	R\$ 2.507.417
2018	R\$ 1.837.789	R\$ 1.128.490	R\$ 419.192	-R\$ 290.107	-R\$ 999.406	R\$ 2.572.816

Fonte: dados da pesquisa

Nos anos de 2017 e 2018 a reclassificação das contingências no cenário parcialmente pessimista e pessimista geraram um valor negativo de patrimônio líquido, ou seja, ocasionou na média um passivo descoberto nas empresas analisadas. Nos demais anos e cenários, a média do patrimônio líquido se manteve com valor positivo.

Na Tabela 10 foi feito a mediana do lucro líquido das empresas depois da reclassificação das contingências remotas e possíveis de acordo com cada cenário.

Tabela 10. Mediana do lucro líquido e reconfiguração (em milhares de reais)

Ano	20% otimista	40% parc. otimista	60% moderado	80% parc. pessimista	100% pessimista	LL
2010	R\$ 128.684	R\$ 72.740	R\$ 21.590	R\$ 1.025	R\$ 276	R\$ 128.684
2011	R\$ 136.194	R\$ 77.248	R\$ 60.145	R\$ 23.676	R\$ 19.926	R\$ 136.194
2012	R\$ 112.736	R\$ 33.336	R\$ 22.843	R\$ 2.605	R\$ 2.605	R\$ 112.736
2013	R\$ 85.196	R\$ 16.872	R\$ 7.019	R\$ 724	R\$ 0	R\$ 85.196
2014	R\$ 21.056	R\$ 0	-R\$ 4.445	-R\$ 9.451	-R\$ 38.464	R\$ 21.056
2015	R\$ 7.550	-R\$ 542	-R\$ 4.861	-R\$ 20.069	-R\$ 52.426	R\$ 7.550
2016	R\$ 7.429	-R\$ 17.168	-R\$ 28.785	-R\$ 42.938	-R\$ 154.090	R\$ 7.429
2017	-R\$ 216.351	-R\$ 326.377	-R\$ 384.689	-R\$ 440.330	-R\$ 466.678	-R\$ 216.351
2018	-R\$ 377.040	-R\$ 572.106	-R\$ 740.730	-R\$ 926.936	-R\$ 1.079.181	-R\$ 377.040

Fonte: dados da pesquisa



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



A Tabela 10 mostra um determinado impacto em cada cenário com a reclassificação das contingências no lucro líquido das empresas. Em 2018 no cenário otimista houve um aumento de 71% do prejuízo, no cenário pessimista houve um aumento no prejuízo de 389%.

Na Tabela 11 foi feito a mediana do patrimônio líquido das empresas após a reconfiguração das contingências remotas e possíveis para a classificação provável de acordo com cada cenário.

Tabela 11. Mediana do patrimônio líquido e reconfiguração (em milhares de reais)

Mediana	20% otimista	40% parc. otimista	60% moderado	80% parc. pessimista	100% pessimista	PL
2010	R\$ 893.532	R\$ 820.882	R\$ 749.580	R\$ 705.904	R\$ 648.427	R\$ 955.896
2011	R\$ 1.136.909	R\$ 879.956	R\$ 723.931	R\$ 684.338	R\$ 621.158	R\$ 1.248.340
2012	R\$ 1.251.975	R\$ 1.075.381	R\$ 993.782	R\$ 953.703	R\$ 907.229	R\$ 1.525.326
2013	R\$ 1.271.313	R\$ 1.058.410	R\$ 973.696	R\$ 857.231	R\$ 800.049	R\$ 1.501.595
2014	R\$ 1.279.872	R\$ 1.091.806	R\$ 975.506	R\$ 872.287	R\$ 754.343	R\$ 1.536.022
2015	R\$ 588.134	R\$ 364.439	R\$ 236.295	R\$ 144.157	R\$ 107.606	R\$ 774.979
2016	R\$ 637.191	R\$ 533.712	R\$ 378.007	R\$ 118.522	R\$ 101.278	R\$ 839.648
2017	R\$ 234.934	R\$ 126.095	R\$ 82.247	R\$ 62.025	R\$ 29.170	R\$ 344.514
2018	R\$ 130.548	R\$ 95.850	R\$ 65.634	R\$ 26.798	R\$ 1.258	R\$ 174.022

Fonte: dados da pesquisa

A Tabela 12 mostra as 10 empresas mais impactadas com a reclassificação das contingências.

T12. Média 10 empresas mais impactadas (em milhares de reais)

Empresas	remota + possível	LL	LL - possível e remota
AMBEV	R\$ 11.618.485	R\$ 3.781.993	-R\$ 7.836.493
Ampla Energ	R\$ 3.107.055	-R\$ 820.298	-R\$ 3.927.353
Cemig	R\$ 5.054.775	R\$ 1.252.333	-R\$ 3.802.442
Cesp	R\$ 6.220.340	-R\$ 1.613.778	-R\$ 7.834.118
Eletrobras	R\$ 10.673.825	R\$ 21.471.656	R\$ 10.797.831
Energias BR	R\$ 15.037.917	R\$ 4.770	-R\$ 15.033.147
Light	R\$ 8.537.248	R\$ 210.510	-R\$ 8.326.738
Light S/A	R\$ 8.526.981	-R\$ 700.061	-R\$ 9.227.042
Petrobras	R\$ 74.164.402	-R\$ 27.756.077	-R\$ 101.920.479
Sabesp	R\$ 22.138.011	R\$ 1.342.518	-R\$ 20.795.493

Fonte: dados da pesquisa



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress


7 a 9 de setembro



Na Tabela 12 foi feita a média das contingências remotas e possíveis, a média do lucro líquido das empresas e a média do lucro líquido das empresas menos a média das contingências remotas e possíveis (as contingências se repetem ao longo dos anos).

Das empresas mais impactadas o setor que se destaca é o da utilidade pública com 8 empresas, apenas a AMBEV faz parte do setor de consumo não cíclico e a Petrobras faz parte do setor de petróleo, gás e biocombustíveis. A empresa que mais seria impactada é a Petrobras.

Das empresas analisadas 37 apresentam em média prejuízo e com a reclassificação das contingências 57 empresas apresentariam em média prejuízo. Das empresas 8 não apresentaram contingências remotas e possíveis.

5 Considerações finais

O objetivo desta pesquisa foi analisar as características das provisões e dos passivos contingentes e o reflexo da reconfiguração das contingências nas empresas brasileiras listadas na Brasil, Bolsa e Balcão (B3). A análise é feita de 2010 e 2018, pois a partir de 2010 se tornou obrigatório para as empresas abertas adotarem as normas internacionais de forma completa, assim como publicar seus formulários de referência.

Por meio dessa análise foram encontrados 7.607 processos nos formulários de referência, 769 classificados como autor e 6.838 classificados como réu. Estes processos se repetem ao longo dos anos com um montante 19.315 processos.

Houve um aumento nos processos a partir de 2016. O ano com mais processos foi 2018 com 2.746 processos e o com menos foi 2014 com 1.696. Os processos tributários e cíveis possuem quantidade superior às demais classificações, com um total de 6.397 e 6.423. Dos processos, 4.078 não possuem seu valor envolvido informado.

Foram registradas na análise 964 mudanças na chance de perda, sendo 356 de processos cíveis e 251 de processos tributários. A maior quantidade de alteração da chance de perda foi para a classificação possível totalizando 334 alterações, em seguida remota com 295 alterações e em terceiro provável com 323 alterações. A maior quantidade de mudanças na classificação das chances de perda é realizada de possível para provável totalizando 202 alterações, remota para possível possui 159 alterações, possível para provável 151 alterações e provável para possível 138 alterações.

Para identificar o impacto dessas contingências nos resultados das empresas, todos os passivos contingentes das empresas foram classificados para provisões prováveis. Das empresas analisadas, 8 não possuem contingências e 20 passariam a ter prejuízo com a reclassificação.

Houve impacto maior com a reclassificação das contingências a partir de 2014 onde o valor das contingências é superior aos demais anos. Foi feita a média do lucro líquido das empresas e diminuído a média de contingências, em 2018 o prejuízo aumentaria 389%.

Com a reclassificação das contingências em 2017 e 2018 no cenário parcialmente pessimista e pessimista geraram um valor negativo de patrimônio líquido, ou seja, ocasionou na



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress

7 a 9 de setembro



média um passivo descoberto nas empresas analisadas.

Das 10 empresas que mais seriam impactadas com a reclassificação das contingências, 8 são do setor de consumo não cíclico, 1 do setor de utilidade pública e 1 do setor de petróleo, gás e biocombustíveis.

Com essa pesquisa, pode-se observar que a reclassificação das contingências causaria grande impacto no resultado das empresas. Isso mostra como as provisões e contingências devem ser evidenciadas corretamente, para mostrar a real situação financeira e desempenho econômico da empresa.

A partir deste trabalho, as próximas pesquisas poderão analisar o impacto das reclassificações das provisões e passivos contingentes nos indicadores econômico-financeiros de empresas brasileiras. Além disso, futuras pesquisas podem investigar o possível gerenciamento de resultados referentes às provisões.

Referências

Baldoino, E.; Borba, J. (2015). Passivos contingentes na bolsa de valores de Nova York: uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 9(23), 58-81, 21.

Baptista, E. M. B. (2009). Ganhos em Transparência versus Novos Instrumentos de Manipulação: o paradoxo das modificações trazidas pela Lei nº 11.638. *RAE – Revista de Administração de Empresas*, 49(2), 234-239.

Bouças, Cibelle. (2010, Fevereiro 14). Ao comentar queda as vendas, Grendene admite “erro em alguns projetos”. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/02/14/ao-comentar-queda-nas-vendas-grendene-admite-erro-em-alguns-projetos.ghtml>.

Resolução CFC n.1.055, de 21 de outubro de 2005. Cria o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC), e dá outras providências. Recuperado de http://static.cpc.aatb.com.br/Imagens/.Res_1055.pdf?_ga=2.191383023.470431161.1594856747-646278547.1594856746&_ga=2.191383023.470431161.1594856747-646278547.1594856747

Pronunciamento Técnico CPC 25, de 6 de junho de 2009. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Recuperado de http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/3-4_CPC_25_rev%2014.pdf

Ferreira, J DA S. (2018). Uma análise dos processos relevantes de empresas brasileiras: características que afetam a mudança na probabilidade de perda de provisões e passivos contingentes. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Ferreira, J. da S.; Carvalho, A. J. de; Grings, A. L.; Rover, S. (2017). Provisões e Contingências Passivas: Mudança de Status da Chance de Perda dos Processos de Empresas Brasileiras. USP International Conference in Accounting, São Paulo, SP, Brasil, 17.

Fonteles, I. V.; Nascimento, C. P. S. do; Ponte, V. M. R.; Rebouças, S. M. D. P. (2013).



100% ON-LINE

A Contabilidade e as
Novas Tecnologias

10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças
10º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade
3º UFSC International Accounting Congress


7 a 9 de setembro



Determinantes da Evidenciação de Provisões e Contingências por Companhias listadas na BM&FBovespa. *Revista Gestão Organizacional*, v. 6, n. 4.

Freire, M. D.; Machado, M. R.; Machado, L.; Souza, E.; De Oliveira, J. (2012). Aderência às normas internacionais de contabilidade pelas empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 6(15), 3-22, 27.

Jesus, S. S. de; Souza, M. M. de. (2016). Impacto do reconhecimento dos passivos contingentes na situação econômica das empresas brasileiras auditadas pelas big four. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 10(2) 43-63.

Losekann, V. L.; Pereira, R. C.; Lenhart, E. dos R.; Lobler, M. L. (2016). Uma análise de operações financeiras off-balance: com ênfase nas contingências passivas de empresas listadas nos níveis de governança corporativa da BM&FBovespa. Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2016, Fortaleza, CE, Brasil, 20.

Machado, J. (2017, maio 15). Cedae reverte lucro e tem prejuízo de R\$ 17 milhões no 1º trimestre. *Jornal Valor Econômico*. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/4968846/cedae-reverte-lucro-e-tem-prejuizo-de-r-17-milhoes-no-1-trimestre>.

Poeta, F. Z. (2012). Julgamento relacionado às contingências: mensuração e análise das expressões verbais de probabilidades relativas ao passivo contingente. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Ribeiro, A. de C.; Ribeiro, M. de S.; Weffort, E. F. J. (2013). Provisões, contingências e o pronunciamento CPC 25: as percepções dos protagonistas envolvidos. *Revista Universo Contábil*, 9(3).

Rosa, C. A. da. (2014). Panorama e reconfiguração das contingências passivas no Brasil. 2014. 112f. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Rostás, R. (2014, maio 4). Gerdau reverte passivo e lucro salta no primeiro trimestre. *Jornal Valor Econômico*. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/4957138/gerdau-reverte-passivo-e-lucro-salta-no-primeiro-trimestre>.

Suave, R.; Codesso, M. M.; Pinto, H. de M.; Vicente, E. F. R.; Lunkes, R. J. (2013). Divulgação de Passivos Contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBovespa. *Revista da UNIFEPE*, 1(11).

Torres, F.; Carrança, T. (2017, maio 10). Companhias revertem R\$ 2 bi com base menor do PIS/Cofins. *Jornal Valor Econômico*. Disponível em: <http://www.valor.com.br/empresas/4963260/companhias-revertem-r-2-bi-com-base-menor-do-pis-cofins>.

Tsakumis, G. T. (2007). The influence of culture on accountants application of financial reporting rules. *Abacus*, 43(1), 27-48.